

# Sabóia condena tentativa de enfraquecer militares

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O que temos de fazer é fortalecer o poder civil, fortalecer a democracia. E isto não vai ser conseguido através do enfraquecimento do poder militar." Com essa afirmação, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, criticou o espírito que norteia alguns constituintes na elaboração da nova Carta.

"Estão fazendo uma Constituição pensando no passado, quando a Constituição deve ser documento para o futuro", disse o ministro, ao analisar os dispositivos apresentados por parlamentares e depoentes na Subcomissão de Defesa do Estado, na tentativa de diminuir os poderes dos militares dentro do aparelho do Estado.

Sobre a criação de um Ministério da Defesa, proposta ontem pelo general da reserva Euler Bentes, lembrou que nenhuma das Forças deseja essa fusão e que Ministério da Defesa não é assunto para ser discutido em Constituição. Sabóia disse ser contrário à idéia de se submeter a intervenção das Forças Armadas na defesa interna à apreciação do Congresso Nacional. "Isso é inexequível", afirmou o ministro.

## "SISTEMA VETORIAL"

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, usou ontem figuras de analogia para avaliar o momento político nacional. Indagado sobre a discussão em torno do parlamentarismo e das diretas, disse que "preferia não fazer agora um corte na evolução dos acontecimentos, que estão fluindo, para não dar uma idéia errada do que será o final dos acontecimentos".

"Você conhecem o sistema vetorial?", perguntou o ministro. "Há vetores em direções diferentes, módulos ou forças, mas o sistema vetorial termina com uma resultante que é a soma algébrica desses vetores. "Insistindo na idéia do corte — "como se faz um corte em novela" — explicou que uma análise da situação, hoje, pode não ser a mesma ao fim da evolução dos fatos, "que vai se materializar na Assembléia Nacional Constituinte". Observou que "um corte agora pode nos levar a uma conclusão equivocada". E deduziu que "na da de ruim acontecerá a este país".

Na entrevista que deu ontem durante cerimônia no Ministério da Marinha, Leônidas admitiu ter realmente suprimido da proposta constitucional do Exército, enviada há poucos dias aos constituintes, a expressão que limitava os poderes presidenciais sobre a atuação das Forças Armadas.

"Não é que eu seja contra Ruy Barbosa", disse o ministro, "mas é que nós julgamos que não precisa daquilo, pois vivemos outra época. Vamos ver como é que fica..."

Como, na realidade, Ruy Barbosa criou em 1891 o termo "dentro dos limites da lei", para limitar os poderes dos comandantes sobre os subordinados e a Carta de 1946, 1967 e 1969 usou a expressão para limitar os poderes presidenciais, o Exército achou melhor eliminar a expressão de um lado e outro e o ministro acabou resumindo assim seu pensamento: "É como diz Platão: A virtude está na média, no meio."

Como, na realidade, Ruy Barbosa criou em 1891 o termo "dentro dos limites da lei", para limitar os poderes dos comandantes sobre os subordinados e a Carta de 1946, 1967 e 1969 usou a expressão para limitar os poderes presidenciais, o Exército achou melhor eliminar a expressão de um lado e outro e o ministro acabou resumindo assim seu pensamento: "É como diz Platão: A virtude está na média, no meio."

## EULER

O ex-candidato à Presidência da República, general Euler Bentes, ouvido ontem em audiência pública na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, defendeu a idéia de reformulação do atual papel constitucional das Forças Armadas. Caso contrário, alertou o general da reserva, "os militares continuarão se colocando acima dos três poderes e acima do próprio Estado, em situações de crise".

O general Bentes, o antecandidato surgido em 1978 como forma de neutralizar a candidatura do general João Figueiredo à sucessão de Geisel, apresentou também idéias progressistas quanto à sobrevivência do Conselho de Segurança Nacional no quadro político do País. Em se optando por um regime presidencialista, acha o general Euler que o Conselho de Segurança Nacional deve desaparecer, enquanto que num regime parlamentarista a Constituição deve adotar a proposta do anteprojeto Afonso Arinos de criação de um Conselho de Defesa do Estado, com participação de todos os segmentos da sociedade.



EBN — 23/4/87

## Leônidas, enigmático

## Jurista condena os regimes híbridos

O jurista Miguel Reale Jr. defendeu ontem em Brasília a adoção de um regime de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo para tirar o País da atual crise política. Falando na Subcomissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Reale condenou os regimes híbridos, que seriam "perenizadores de crises", enquanto sua proposta dá ao presidente da República e ao primeiro-ministro poderes específicos, funcionando "como o espírito crítico do outro".

Reale defendeu a eleição direta do presidente da República, o qual indicaria o primeiro-ministro. Seu projeto cria o Conselho da República, integrado pelo presidente, o primeiro-ministro, e os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e Justiça, e os presidentes e líderes do Congresso com a competência de apreciar medidas excepcionais.